

Resumo Reunião da Coordenação Executiva

Brasília, 23 a 25 de fevereiro de 2011

Relatoria pela Secretaria Executiva do FBES.

Sumário

<i>Informes</i>	2
Formação sobre BSC (Bases de Serviço de Comercialização)	2
Projeto FBES-Unitrabalho	2
<i>Orçamento do projeto para BSC</i>	4
Encaminhamentos.....	5
Avaliação da Secretaria Executiva	6
Encaminhamentos.....	6
Reunião da Coordenação Nacional	7
Encaminhamentos.....	7
Audiências	7
MTE.....	8
<i>Preparação</i>	8
<i>Reunião</i>	9
Encaminhamentos.....	9
MDS.....	9
<i>Preparação</i>	9
<i>Reunião</i>	10
Encaminhamento.....	11
MMA.....	11
<i>Preparação</i>	11
<i>Reunião</i>	12
Encaminhamentos.....	12
SEPM - Secretaria Especial de Política para Mulheres.....	13
<i>Preparação</i>	13
<i>Reunião</i>	13
Encaminhamentos.....	14
Senaes.....	14
<i>Preparação</i>	14
<i>Reunião</i>	14
Encaminhamentos.....	16
Aspectos Gerais das Audiências.....	16
Avaliação.....	16
Encaminhamentos.....	16
Café Solidário com Parlamentares	17

Informes

- Recebemos a medalha Paulo Freire de Educação de Jovens e Adultos
- Café da Unicafes com parlamentares: teve 7 ou 8 deputados, sendo que 5 estavam no Café Solidário do FBES com a Frente Parlamentar de ES. A pauta foi bem construída, sendo boa a reunião
- Próxima reunião do CNES 22 e 23 março

Formação sobre BSC (Bases de Serviço de Comercialização)

Foi realizada uma formação sobre o tema, apresentando o projeto e trazendo as experiências de Bases de Serviços de Comercialização de MT e SC, em síntese:

- BSC é uma metodologia de apoio e assessoramento de comercialização para a agricultura familiar proposto pelo MDA
- Podem se colocar de três formas: temáticas, territoriais e estadual.
- O que define o território é o conjunto das forças e características que dá identidade a determinada parte do estado
- O território tem uma estrutura: colegiado, que se divide em câmaras técnicas, por exemplo: comercialização, assistência técnica, educação, direitos; cada colegiado escolhe seu comitê; o colegiado pode ser composto por membros das prefeituras, agricultura familiar, associações, movimentos sociais, que depende da capacidade de inserção dos atores locais, da força política. A composição é paritária entre governo e sociedade civil e tem a dificuldade de não haver recurso para participar da reunião, o que limita a atuação da sociedade civil
- Em cada território tem um articulador, além disso o MDA tem 2 articuladores: um que articula todas as políticas e outro sobre a comercialização. Cada região do país tem um coordenador dos articuladores (ADE). Cada território pode ter no mínimo uma BSC que são discutidas no colegiado; há territórios que chegam a ter 5 BSC. Cada território tem uma descentralização orçamentária, o que também gera disputa
- A seleção das BSC ocorre junto a estruturas que já existem e atuam no tema

Projeto FBES-Unitrabalho

A proposta é que as BSCs sejam uma proposta lançada pela Coordenação Nacional durante a sua XI Reunião Nacional, no primeiro semestre de 2011. As reflexões abaixo são proposições construídas pela Coordenação Nacional para servir como base para a Coordenação Nacional.

Alguns aspectos das nossas BSC

- As tarefas da BSC de ecosol é inserir a discussão da ecosol nos territórios e desenvolver uma ação prática tipo uma rede de colaboração solidária ou um espaço de comercialização, é um local especializado em comércio solidário
- O desafio é atender as pessoas do território e não apenas quem faz parte do fórum de economia solidária
- As BSC serão estaduais e irão trabalhar em mais de um território dentro dos estados
- O recurso é um projeto do MDA via gestão e entidade jurídica Unitrabalho; faremos a seleção de 10 BSC da economia solidária
- Recursos por cada BSC é de 75 mil, repassados em 5 parcelas mediante relatórios
- Esse projeto coloca em pauta a atuação do FBES, se ultrapassa a esfera política e entra diretamente na econômica
- O fórum é quem vai construir o projeto e selecionar a entidade
- São 10 bases nas diversas regiões.

Orçamento do projeto para BSC

Fomento à articulação nacional dos atores da Economia Solidária e Agricultura Familiar em todos os estados do país											
3 Apoio a Bases de Serviço de Apoio à Comercialização especializadas em Economia Solidária e Agricultura Familiar											
					INDICADORES FÍSICOS					CUSTOS (R\$ 1,00)	
DISCRIMINAÇÃO DA ATIVIDADE	Período de execução	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quant.	Público	Quant.	Unitário	Total
3.1 Apoio à operação das Bases de serviço	02/2011 a 12/2011	Unitrabalho e FBES	INDIRETO E DIRETO	Estados da Federação	12 meses	base apoiada	10	Empreendedores, Gestores, Técnicos e Agricultores Familiares	10 empreendimentos por base = 100 empreendimentos apoiados	75.000,00	750.000,00
sub-item	Discriminação das despesas					Unid.	Quant.	Valor Unitário	Proponente	MDA	Total
3.1.1	Assessoria Técnica às BSCs					hora técnica	20.000	25,00		500.000,00	500.000,00
3.1.2	Material de Consumo					kit	120	150,00		18.000,00	18.000,00
3.1.3	Deslocamento Terrestre (reembolso)					km	120.000	0,50		60.000,00	60.000,00
3.1.4	Hospedagem e Alimentação					Diária	1.800	40,00		72.000,00	72.000,00
3.1.5	Encargos sociais (INSS 20%)					alíquota	1	100.000,00		100.000,00	100.000,00
							Total da Atividade 3.1		0,00	750.000,00	750.000,00
DISCRIMINAÇÃO DA ATIVIDADE	Período de execução	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quant.	Público	Quant.	Unitário	Total
3.2 Supervisão e orientação às Bases de Serviços	02/2011 a 12/2011	Unitrabalho e FBES	INDIRETO E DIRETO	Estados da Federação	12 meses	visita de supervisão	35	Empreendedores, Gestores, Técnicos e Agricultores Familiares	10 pessoas por visita = 350 pessoas	1.875,43	65.640,00
sub-item	Discriminação das despesas					Unid.	Quant.	Valor Unitário	Proponente	MDA	Total
3.2.1	Hospedagem e alimentação					Diária	70	40,00		2.800,00	2.800,00
3.2.2	Passagem Aérea					Passagem	35	1.000,00		35.000,00	35.000,00
3.2.3	Orientação metodológica					Salário	12	2320,00	27.840,00		27.840,00
							Total da Atividade 3.2		27.840,00	37.800,00	65.640,00
							Total da Meta 3		27.840,00	787.800,00	815.640,00

O projeto tem as seguintes metas

- 6 Reuniões da coordenação executiva
- Secretaria Executiva - 4 pessoas por 12 meses (uma delas com o valor de duas pessoas)
- Reunião da Coordenação Nacional
- 7 Encontros Regionais
- 10 Reuniões dos GTs

- 6 Encontros Regionais de Formação (360 mil reais → 6 x 60 mil reais)
- 10 Bases de Serviço (750 mil reais → 10 x 75 mil reais)
- Fundos Rotativos (178 mil reais → 5 encontros de 35,5 mil reais) para o Comitê Gestor de Fundos Rotativos
- 5% a 8% para a Unitrabalho → 150 mil reais

Durante a reunião levantaram-se alguns aspectos na execução do projeto:

Processo de Elaboração das BSC:

- Seleção dos gargalos (priorização)
- Elaboração das metas
- Elaboração dos planos
- Seleção das entidades
- Seleção dos técnicos

Desafios do Projeto

- Capacidade das BSC de fazer interlocução do tema da ecosol nos territórios, desafio político de articulação
- Relação com os Centros Públicos
- Relação com os Colegiados Territoriais
- Comercialização Casada (urbano e rural)
- Fragilidade dos fóruns
- Diálogo da executiva com os fóruns estaduais
- Risco de aparelhamento político-partidário
- Como a Executiva vai acompanhar o projeto
- Como fortalecer politicamente e economicamente os FEES e EES
- Fazer o cruzamento dos territórios da cidadania e dos FEES
- Ter BSC perto das regiões urbanas de produção e consumo, fazer a integração rural-urbana

Propostas de critérios do Edital para selecionar as 10 BSC

Esta Chamada Pública deve ser validada e lançada pela Coordenação Nacional, em sua XI Reunião Nacional, no primeiro semestre deste ano.

- Atuação territorial;
- Envolver agricultura familiar;
- Atuar em mais 1 território;
- Foco claro na comercialização
- Distribuição Regional
- Estados aonde já tem BSC não concorrem?
- Relação entre urbano e rural
- Contemplar prioritariamente os estados que não tenham BSC ES?

Questões

- Edital: Seleciona as entidades (depois constrói o projeto) ou se é para selecionar a BSC e o projeto
- Cada estado tem que apresentar 3 projetos

- A decisão a ser tomada é a Nacional ou a Executiva?
- O FEES seleciona a priori as entidades?
- A Coordenação Nacional define antes os estados? Ou apenas distribuição regional?

Encaminhamentos

- Recuperar atualização sobre como estão as 2 bases piloto: SC (Idalina) e MT (Urbano era o técnico)
- Envio de apresentação e textos sobre o tema (pedir a Regilane textos)
- Direcionamento do projeto ser organizado pelos fóruns estaduais, mas não de reestruturação dos fóruns
- A Coordenação Nacional deve, na sua XI Reunião Nacional, realizar a chamada pública com critérios para selecionar as Bases junto aos FEES
- Verificar se é possível prorrogar mais de 1 ano o projeto
- Na próxima reunião da executiva, quando lançarmos a carta de preparação à reunião da Coordenação Nacional, é que tiramos uma comissão que fará um texto que apresente o projeto da Unitrabalho e as BSC
- Lançar edital na próxima reunião da Coordenação Nacional
- Decidir na próxima reunião da Executiva sobre a meta da Formação Estadual (propostas: preparação para a V plenária ou transformar em 12 encontros estaduais)
- Fazer Conversa política com o comitê de fundos rotativos solidários
- Decidir quem será o representante do FBES no Comitê de Fundos Rotativos
- Definir como seria a emenda junto a Erundina, com recurso a cair em novembro de 2012
- Garantir qualidade na manutenção da equipe da Secretaria para decidir como será o uso da meta 5 da Unitrabalho: se 4 ou 5 membros.

Avaliação da Secretaria Executiva

Foi realizada uma avaliação tanto por parte da Coordenação Executiva, quanto da Secretaria Executiva, tanto porque até o momento não estado ocorrendo uma adequada proximidade entre a Coordenação com a Secretaria, quanto pela situação atual da Secretaria: dificuldades com a gestão financeira do projeto e saída de Adriana/Comunicação e Flávia/Administrativo.

Encaminhamentos

- No projeto MDA/Unitrabalho terão pessoas custeado para atuar com a gestão administrativa na própria Unitrabalho (1 ou 2 pessoas)
- Buscar um novo projeto de sustentação do FBES
- Saída da Flávia dentro de 1 mês
- Posição da Adriana de sair em 2 meses
- Comissão de acompanhamento da Sec Exec: Clovis/unitrabalho; Shirlei e Rizo/IMS; Marcia/ EES Norte e Andrea/ EES Norte

- Proposta: Cobrar mais pelas pautas de deliberação colocadas no e-mail semanal
- Proposta: que as entidades custeiem a estrutura da Secretaria
- Enviar a tabela do planejamento feito pela Secretaria Executiva para a Executiva, tanto para ver se responde, quanto para que sirva como um parâmetro de avaliação
- Momento presencial semanal ou quinzenal com IMS
- Clóvis: mais próximo aproveitando a coordenação do projeto pela Unitrabalho; ligação semanal pelo telefone
- Comissão assume cobrança da participação e pensar estratégias para Márcia atuar e se fortalecer neste processo
- Comissão também terá o cuidado com a melhoria da estrutura do escritório da Secretaria

Reunião da Coordenação Nacional

Esta pauta foi rapidamente discutida, devido a agenda concentrada de diálogo e interlocução com o governo federal.

Encaminhamentos

- Próxima Reunião da Executiva para preparar a reunião da nacional: 7 e 8 Abril
- Vinda da Executiva: reunião se inicia pela manhã no dia 07/03, voos de volta a partir das 19h dia 08/03
- Enviar para a nacional as agendas políticas desta semana e a discussão aqui realizada
- Enviar Carta a Coordenação Nacional com a justificativa para postergar a próxima reunião da Nacional, argumentos:
 - Acúmulo de agendas políticas não foi possível discutir com profundidade a metodologia da nacional nesta executiva
 - Período de reestruturação de secretaria e início de novo projeto
 - Para permitir um tempo adequado de preparação dos fóruns estaduais, sendo que em Abril a Executiva enviará proposta de pauta e subsídios
 - Que os fóruns enviem contribuições de proposta de pauta para a próxima nacional

Audiências

Em período de definições das estratégias políticas do governo da presidenta Dilma, o FBES através de sua coordenação executiva convocou diversas audiências com os ministérios (MDA, MTE, MDS, MMA, Planejamento, Educação, Cultura, Justiça, Ciência e Tecnologia, Saúde, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Pesca e Aquicultura) além da presidenta e reunião com a Senaes.

Em todas as audiências seguiu-se uma apresentação padrão: apresentações dos presentes, explicação sobre o que é a economia solidária e o FBES, qual a nossa proposta para o Desenvolvimento, a nossa proposta da Economia Solidária em outro patamar (Secretaria Especial).

De uma forma geral, tivemos uma boa recepção em todos os ministérios em que houve audiências, com um saldo positivo que precisam de continuidade nos diálogos e agendas para discutir programas e projetos, posteriormente a estas agendas iniciais.

Devido a agenda apertada da reunião da coordenação executiva não foi possível marcar e confirmar outras audiências, também pela falta de respostas e outras agendas que seriam apenas com assessorias e não com os ministros diretamente.

A Executiva se preparou para cada audiência, construindo as argumentações, reivindicações e dividindo-se nas falas de cada ponto.

MTE

Preparação

1. O que é o FBES

2. Fortalecimento da Economia Solidária
 - 2.1 Territorialidade como base de articulação das políticas [desenvolvimento territorial]
 - 2.2 Empreendimentos solidários economicamente fortes
 - 2.3 Fóruns Locais fortes

3. Sobre o FAT e a Economia Solidária
 - 3.1 Criar uma linha específica do FAT para os empreendimentos solidários (giro, investimento, custeio, etc), aproveitando que os EESs podem ter uma DAP por causa da assinatura do Decreto que cria o SCJS
 - 3.2 Abrir cadeira no CODEFAT representando o trabalho associado (fora da dicotomia simples de patronal e empregado)

4. Apoio aos Empreendimentos
 - 4.1 As políticas públicas não chegam aos empreendimentos
 - 4.2 É necessário recursos que vão além das ações indiretas de formação, mas sim sejam para os empreendimentos na produção, e na comercialização/logística.

5. Maior velocidade na implementação dos Decretos assinados no final de 2010
 - 5.1 SCJS
 - 5.2 PRONINC

6. Erradicação da Pobreza Extrema
 - 6.1 Argumentações da contribuição diferencial da ES na erradicação da pobreza extrema, ao aliar dimensões econômica, social, cultural e ambiental. Saldo positivo de organização na sociedade além da EPE;

6.2 Que o Ministro ajude a ser um porta-voz da ES, buscando colocá-la no centro, no coração, das estratégias e ações da EPE

6.3 Solicitação de um Grupo de Trabalho entre MTE e FBES para construção de proposições da Economia Solidária para a EPE

7. Informe ao Ministro sobre nosso movimento de criação de espaço institucional da ES em outro patamar

7.1 Proposta da SEES

7.2 Importância de que o MTE mantenha, em seu interior, mesmo com a saída da SENAES, um espaço para garantir a ampliação do conceito de trabalho de modo a incorporar o trabalho associado

8. Demanda de ampliação da SENAES

8.1 CNES [secretaria executiva, recursos de apoio à participação da sociedade civil, maior dinâmica do CNES]

8.2 Criação de uma diretoria de Finanças Solidárias [guarda-chuva abrigando PNMPO, Fundos Rotativos, Bancos Comunitários e Cooperativismo de Crédito]

8.3 Criação de um departamento de desenvolvimento territorial [organização das demandas com base nos territórios, e contemplar temas transversais como povos e comunidades tradicionais, mulheres, juventude, cultura]

Reunião

A reunião ocorreu o Ministro Lupi, que nas suas falas demonstrou enorme interesse em manter a SENAES no MTE, isso porque possivelmente poderá ser a única Secretaria que terá intervenção direta na erradicação da pobreza

O Ministro Lupi destacou as conquistas efetuadas pela atual Senaes e o enraizamento das experiências locais de economia solidária: “em todo lugar que eu vou eu encontro vocês, isso é um fenômeno!”. Na resposta a demanda pela Secretaria Especial de Economia Solidária, o ministro enfatizou “economia solidária é mais política pública que setorial, engloba governo e não apenas um ministério. Seu papel está ganhando espaço estratégico na cultura brasileira, esse é o maior avanço do que os números”. Lupi trouxe a questão de que não adianta apenas uma secretaria especial sem recursos e estrutura, sendo este o grande desafio.

Com relação aos demais pontos de pauta colocados, Lupi não se manifestou durante a reunião.

Encaminhamentos

- Protocolar os pontos de pauta colocados ao ministro e solicitar retornos
- Solicitar audiência no ministério do planejamento, junto a Mirian Belchior

MDS

Preparação

1. O que é a Economia Solidária

2. O que é o FBES

3. Qual o desenvolvimento que defendemos

3.1 Territorial

3.2 Sustentável

3.3 Solidário

3.4 Diverso

4. Contribuições da ES para a EPE

5. Exemplos (possibilidades de pontes)

5.1 Bazares

5.2 Feiras

5.3 PAA

5.4 Agricultura Urbana

5.5 CONSADs

5.6 Cozinhas comunitárias e restaurantes populares

5.7 CREAS / CRAS como serviços públicos de ES

5.8 Marco Regulatório de repasse de recursos públicos para a sociedade civil

5.9 Fundos Rotativos Solidários

6. Proposta da SEES como caminho para ampliação das políticas e efetiva contribuição da ES à EPE e ao modelo de desenvolvimento

Reunião

Realizamos a reunião com Ana Fonseca, responsável pela construção do plano geral para erradicação da pobreza no governo federal e sua equipe de assessores: Fernando Kleiman e Marcos.

Ana expôs que ES é um tema que ainda não domina muito, colocou que o desafio da EPE é um bom problema, e neste momento estão pensando que a pobreza não é uma questão de renda, onde há falta de renda há privação de bem-estar, a principal pobreza é a ausência de bem-estar. Colocou que vão manter a transferência de renda, localizar estes invisíveis seja via CRAS, agentes comunitários de saúde para chegar a estas pessoas; além disso há o enfoque da inclusão produtiva, junto dos outros dois pilares: transferência de renda e acesso a serviços. “Neste momento o que está ocorrendo é uma conversa dentro do governo: saúde, educação, integração, cidades, numa base horizontal para melhorar a eficiência; de fazer confluir as ações dos ministérios para esta meta, ainda estamos desenhando o plano, queremos que todas as áreas do governo conversem. Pobreza tem muitos nomes: renda, saúde, etc e tem um endereço, que é o território, onde se produz e reproduz. Teremos conversa com estados e municípios, por exemplo, RS, Anastasia, etc.”

Nós fomos a primeira organização da sociedade civil que chamou-a para uma audiência. Ana colocou que eles também vão tomar a iniciativa para estes diálogos, como com o FIAM e Consea.

Eles já fizeram diálogo com Roberto Marinho/Senaes, na apresentação da proposta da Senaes para a EPE, que acharam muito boa e Ana observou como o tema da ES está em outros ministérios

Os eixos deste governo são Desenvolvimento econômico, infra, participação e direitos e erradicação da pobreza extrema. E indicaram contatos destes eixos: Marcio Hoffman (sec executiva do plano), Mauricio: infra, Ana Fonseca: EPE.

Uma das demandas que eles colocaram para esta construção é de que precisam de um diagnóstico de porque a política pública não chega no mais pobre e como fazer chegar.

Já Marcos colocou que “temos uma oportunidade de construir, para chegar as famílias pobres e se inserir no processo tem que existir uma dinâmica de suporte para esta trajetória. O investimento público não dá conta disso, mas há sempre um gargalo neste suporte em conjunto para serem acessados de forma organizada; a capacidade dos fóruns organizados de colaborar com o governo nesta estruturação da política, nisto o marco regulatório, como a sociedade civil dialoga de forma complementar com o estado e isto não é dado, temos uma jornada a construir; temos que ser pragmáticos.”

Também informou que a Sesan (Sec. Segurança alimentar e nutricional) se organiza agora estruturalmente de forma próxima a ecosol: produção (Marcos), comercialização (PAA, doações da receita) e consumo (Crispim). SAIP que era inclusão produtiva passou para outro espaço. Propôs que o FBES organize e priorize as pautas, para facilitar na gerência e acompanhamento por parte deles.

Por sua vez, a Coordenação colocou que é necessário abrir uma agenda em que possamos contribuir com a dimensão de suporte da ecosol, e outros de programas específicos com o MDS; Ter os FEES como espaço de informação de fortalecimento da sociedade civil e de pensar desde o humano até o econômico. Ter mais critérios e indicadores de resultado, não apenas o financeiro.

Encaminhamento

- Apresentar prioridades claras da pauta do FBES ao MDS
- Trazer as contribuições das bases do porquê as políticas não estão chegando na ponta, do problema nos seus detalhes (como o PAA, as leis, a legislação estadual x municipal)
- Passar contatos dos fóruns locais, interlocutor e ter disposição e diálogo com os atores locais, compromisso
- FBES indica espaços importantes de diálogo junto ao MDS (devido a transição e reestruturação deles)
- Marcar conversa com a Secretária Maia, ver possibilidades concretas de atuação, como os fundos rotativos

MMA

Preparação

1. O que é a Economia Solidária
2. O que é o FBES
3. Qual o desenvolvimento que defendemos
 - 3.1 Territorial
 - 3.2 Sustentável

3.3 Solidário

3.4 Diverso

4. Exemplos (possibilidades de pontes)

4.1 Agroecologia

4.2 Sementes crioulas

4.3 Agroextrativismo

4.4 Catadores

4.5 SSAN e Alimentação saudável

4.6 Artesanatos da sociobiodiversidade

4.7 Cadeias de Produção, Comercialização e Consumo Solidárias e Sustentáveis

4.8 Plantas medicinais e Fitoterápicos

4.9 Coletivos de consumo responsável

4.10 Sistema de Comércio Justo e Solidário - certificação

4.11 Cirandas

5. Apoio para o Encontro de diálogo e convergências

6. Estamos à disposição para contribuir na construção das políticas do MMA

Reunião

O Ministério se mostrou aberto para parcerias, agradecendo a nossa atitude pró-ativa. Indicaram que os diálogos podem ocorrer com maior profundidade nas Secretarias de: Recursos Hídricos e Qualidade Urbana; Articulação Institucional e Cidadania; e ainda, Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

O direcionamento do MiMA é trabalhar com projetos de escala, articulando pautas do meio ambiente com o combate a pobreza extrema e, mais do que executando, formulando soluções neste campo.

Outra grade pauta debatida foi a necessidade de um marco regulatório para repasse de recursos a entidades da sociedade civil, ponto que ainda está em negociação no governo federal, mas que de longa data já repercute na falta de acesso aos fundos públicos pela sociedade. O FBES informou aos representantes do MMA que assinou a “Plataforma por um novo marco regulatório para as Organizações da Sociedade Civil”, junto a outras entidades da sociedade civil, que pauta a necessidade de uma relação jurídica mais adequada entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil. A preocupação desta pauta foi trazida pelos representantes do MMA, em especial, com Gaetani que está com foco na questão, inclusive realizou diálogo com Gilberto Carvalho.

A mudança do código florestal também foi comentado pelo MMA, informando que estão construindo uma proposta do governo que compatibilize os interesses em jogo, apesar da desigualdade de forças no congresso (mais forte para o lado dos ruralistas) e há um esforço grande da ministra Isabella neste tema.

Além disso, declararam as dificuldades de ação para regularização dos assentamentos, ações contrárias do ICMBio de fiscalização.

Ao final da reunião ficou encaminhada uma agenda a ser construída entre MMA e FBES para efetivar parcerias e ações em conjunto, partindo de um maior entendimento das propostas e ações do Ministério, para então visualizar como a

capilaridade do FBES pode contribuir com o desenvolvimento territorial justo e sustentável. Num primeiro momento, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável irá concentrar o diálogo inicial para parcerias com o FBES.

Pelo MMA estavam presentes na reunião: Francisco Gaetani da Secretaria Executiva, Luis Antônio Carvalho, assessor de gabinete, Leila da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural.

Encaminhamentos

- Marcar próxima reunião aonde MMA apresenta suas ações que poderão estar em parceria com o FBES (Como o Macro ZEE e Projeto Orla)
- Ponto focal do nosso diálogo com o MMA é Leila, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural

SEPM - Secretaria Especial de Política para Mulheres

Preparação

1. O que é a Economia Solidária
2. O que é o FBES
3. Qual o desenvolvimento que defendemos
 - 3.1 Territorial
 - 3.2 Sustentável
 - 3.3 Solidário
 - 3.4 Diverso
4. Muitas integrantes em EESs são mulheres
5. Emancipação Econômica das Mulheres
6. Não tem políticas para mulheres urbanas
7. Tipos de cursos para mulheres precisam ser mais diversificados e voltados à economia solidária
8. Apoio para o encontro "Diálogo e Convergências"
9. Apoio para participação de mulheres no movimento (Fóruns de ES, feiras, etc.)
10. EPE -> colocar ES nas políticas de mulheres

Reunião

A reunião não ocorreu diretamente com a secretária Iriny Lopes, que estava em agenda externa; mas com a subsecretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas, Angélica Fernandes e com a coordenadora Geral de Programas e Ações de Trabalho da SEPM, Eunice Moraes.

Dentre os saldos positivos da reunião está a possibilidade de se criar uma parceria entre a SEPM e FBES. A Secretaria de Mulheres se comprometeu em fazer um aporte financeiro para garantir a participação de mulheres de empreendimentos no “Encontro de Diálogos e Convergências”, evento e proposta organizada entre diversas redes e movimentos sociais, dentre elas o movimento de mulheres e o FBES, previsto para acontecer em meados de maio.

A SEPM convidou o movimento de economia solidária a participar ativamente do processo das Conferências Temáticas, preparatórias à Conferência Nacional de Mulheres que ocorrerá ao fim deste ano. E ainda, convidaram o FBES a compor o Gt de Gênero da SEPM.

Eunice Moraes explicou um pouco do funcionamento da SEPM, que é um ministério meio cuja função é ser um grande articulador. Ela colocou ainda que à Subsecretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas compete formular políticas para as mulheres nas áreas de educação, trabalho e participação política e desenvolver e implementar programas e projetos temáticos em parceria com organizações não governamentais que visem à redução das desigualdades de gênero.

Neste sentido, colocou que o foco da SEPM é autonomia econômica, financeira e política. E explicou as dificuldades que existem na inserção de uma camada da população no mercado de trabalho formal: “todavia, por mais que invistamos em cursos e qualificações junto ao sistema “S” por exemplo, percebemos que há um grupo de mulheres cujo trabalho não é absorvido pelo mercado. Daí que entendemos importante aprofundar esse diálogo com a economia solidária.”

Ao final, Angelica afirmou que as mulheres devem ser protagonistas nesse momento em que a prioridade do governo Dilma é a Erradicação da Pobreza Extrema.

Encaminhamentos

- Enviar projeto para apoios: Encontro de Diálogos e Convergências e para o Gt de gênero do FBES
- FBES recebeu convite para compor o Gt de Gênero da SEPM
- FBES ajudar na organização das conferencias de mulheres

Senaes

Preparação

- Balanço das políticas da Economia Solidária nos últimos 8 anos;
- O futuro das políticas de Economia Solidária no governo Dilma: perspectivas, desafios, relação com o combate a pobreza extrema e relação entre SENAES e o movimento de Economia Solidária;
- Perspectivas de fortalecimento dos Fóruns Locais de Economia Solidária no atual governo.

Reunião

Devido a falta de tempo, não foi possível desenvolver todos os pontos de pauta solicitados; sendo discutidos aspectos gerais, a necessidade das pautas e uma apresentação da Senaes sobre o projeto encaminhado ao MDS para erradicação da pobreza extrema (EPE)

Esta apresentação foi o que tomou a maior parte do tempo, em linhas gerais o projeto desenhado pela Senaes é ter a economia solidária como estratégia emancipatória para erradicação da pobreza e, neste sentido, a Senaes irá se modificar qualitativamente, também devido as avaliações efetuadas com o resultado dos programas executados.

Na explicação da proposta, a Senaes colocou que as ações finalísticas tem como meta trabalhar com 500 mil famílias, com a constituição de 25 mil EES e 500 Centros Públicos de ES, além de atender ações já em curso como empresas recuperadas e ITCPs, mas sem serem ações isoladas e sim, integrando ações com foco nas demandas. Sinalizando que será obrigatório a execução e monitoramento das políticas entre fóruns e redes de economia solidária.

Esta construção partiu da da avaliação da Senaes de que não é possível dar conta de atender as demandas dos EES com ações isoladas e pontuais; o que requer ações inseridas num processo como redes de comercialização, entre outras. alterando as políticas que estão no momento; integrando ações com foco nas demandas. Outra perspectiva é de valorizar a perspectiva de trabalhar os indivíduos no território, articular ações que dialogam ou não com a ecosol, como os mutirões.

Também foi afirmado que é fundamental a assessoria técnica e a ação de incubação, inclusive estão avaliando os Neates, e pensando em núcleos territoriais de assessoramento técnico; multiplicar iniciativas de finanças solidárias, mas também de que temos que atuar com os bancos do povo e com acesso ao fundo especial do BNDES. Foi colocado ao FBES que se espera também a sua cobrança pelos recursos do BNDES, informado pelo Secretário Singer da reunião realizada em que negociaram acesso aos recursos.

Na comercialização pretendem manter o assessoramento, apoio aos pontos fixos e as redes.

A proposta dos Centros Públicos de ES é que aglutinem as ações, enquanto referencia fixa, e que pode não ter necessariamente com este nome, podendo ser em parceria com algo o que já exista. Nessa perspectiva, a concepção do agente local é alguém da comunidade que ajuda na mobilização e organização, rompendo com a estrutura atual isolada, mas estruturando de forma orgânica, e que haja a confiança da comunidade.

Outra pauta no projeto da Senaes é sobre a legislação nas compras governamentais para área urbana; atualização das leis cooperativistas.

Enquanto estrutura de execução é que para cada projeto exista um convênio, além do diálogo como os entes federativos. Também irão colocar critérios na execução, para que a contratação da execução não seja 100%, mas que haja parceria com os atores que atuam no local; mas esse ainda é um entrave a ser solucionado, com relação ao repasse de recursos. A Senaes calculou o projeto desenhado em torno de 2,5 bilhões, sendo 1,5 em crédito (mais 250 milhões no BNDES), e o restante com recursos da União. No total o investimento significa 5,1 mil por família, o que na perspectiva de governo é "barato".

O secretário Singer propôs que o FBES participasse deste mutirão para a EPE com seu acúmulo e contribuições na área, já que, segundo ele, a iniciativa do governo federal estará seriamente comprometida se não houver a participação da sociedade civil na elaboração e implementação das propostas.

Pelo FBES foi destacado que há EES em patamares diferentes, com demandas diferentes, tanto aqueles que estão na pobreza extrema, quanto os que precisam de outros tipos de apoio, sendo importante que haja continuidade em apoios já em andamento.

Como estratégia para mover a sociedade para esta ação, o FBES levou a posição de estar disposto a contribuir, em especial via fóruns locais para territorializar as políticas e mobilizar a sociedade.

Afirmamos a necessidade de manutenção de um espaço para a ES no MTE, mesmo que nossa proposta de criação de uma Secretaria Especial seja aceita por Dilma (não está sendo muito fácil esta nossa luta, mas gabinete da Presidenta já informou que tem interesses no diálogo com o FBES, inclusive já fizeram contatos com Singer, perguntando se o FBES é a instância civil que deve ser consultada para a questão da ES - e Singer respondeu que sim) . Também nos reportamos a necessidade de ampliação da SENAES de 2 para quatro Departamentos. Além do Departamento de Estudos e Divulgação e Departamento de Fomento, que sejam criados o Departamento que tratará das Finanças Solidárias como um guarda-chuva dos vários projetos que foram constituídos no âmbito da SENAES, para dar um tratamento mais especializado (PMNPO, Fundos Rotativos, Bancos Comunitários e Cooperativismo de Crédito) e outro Departamento de Desenvolvimento Territorial que dê conta de abarcar as várias políticas e de atenção especializada a alguns públicos como: mulheres, comunidades e povos tradicionais, juventude, cultura e agroecologia, a partir de uma visão integrada do Território.

Outra pauta discutida foi o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), sendo consenso a necessidade de fortalecê-lo enquanto interlocução da sociedade civil com as políticas de economia solidária. Na última segunda-feira (21/02) quando houve reunião do comitê permanente, estará na pauta da próxima reunião do CNES, prevista para 22 e 23 de março, sua reestruturação e fortalecimento.

Encaminhamentos

- Pressionar pelos diálogos para que não fique mais pra frente, fortalecer a SENAES, aproveitando as sensibilidades e diálogos existentes
- Ver no site da prefeitura POA indicadores existentes sobre EPE e passar pra Senaes
- Pauta para o CNES: Debate sobre a relação governo e sociedade civil: fortalecimento do CNES e o apoio a participação da sociedade civil, apoio ao FBES; PPA
- Ampliar a pauta FBES no BNDES: acesso a recursos
- Marcar outra agenda conjunta com a Senaes com as pautas:
 - Avaliação dos 8 anos
 - Desenho das novas políticas: Reestruturação da Senaes neste governo (perfil de membros)
 - Aprofundar o tema da EPE e ES: significado, estratégias e ferramentas de ação

Aspectos Gerais das Audiências

Avaliação

- Foi muito positivo ter feito estas conversas, no momento acertado. Um bom passo da executiva, nosso papel é esse político e de articulação da ES, porque antes estava cansativo a dinâmica, precisamos ir pela articulação. Ter serenidade agora, sem muito deslumbramento
- Termos também a preocupação com as nossas fragilidades, nosso fóruns são frágeis e lentos

Encaminhamentos

- Tentar marcar as audiências que não conseguimos num próximo período junto a Comissão de acompanhamento da Secretaria, junto a um subgrupo da executiva: como o MEC-Secad, Justiça, etc.
- Marcar sempre audiências com o governo quando houver reuniões da executiva
- Coordenação Executiva passar sua agenda para Secretaria, por exemplo, de 15 a 17 de março estará aqui Neneide. Para podermos aproveitar as disponibilidades
- SecExec começar a fazer os documentos e propostas iniciais aos ministérios e audiências, um documento para cada ministério. Dar as respostas a cada ministério, com rapidez. Executiva complementa virtualmente
- Fazer um documento para as bases no sentido de uma provocação para o entes federativos, municipal e estadual. Documento tem que dizer o que é o FBES e nossa organização, tem que explicitar alguns pontos, como dimensão do desenvolvimento, colocar nossas contribuições para a EPE (II CONAES e Plenária). Um documento subsidio para orientar nossas lideranças e diálogo estadual (para os 4 eixos do governo federal) porque vai cair como dominó nos demais governos locais
- Membros da Executiva ajudar na sistematização durante a própria reunião da executiva, para ter clareza e rapidez sobre os encaminhamentos
- Tentar mudar o data da próxima reunião da executiva (solicitação Tche): que está de 7 e 8 março para 31/fev e 1/mar
- Sec Executiva ter os contatos das executivas estaduais dos FEESs
- Próximas 4 audiências: Fazenda, planejamento, casa civil e retorno com MDS (Marcio Hoffman (sec executiva do plano); Maurício: infra)
- Divulgar nos estados e na Coordenação Nacional as audiências

Café Solidário com Parlamentares

O Café Solidário organizado pela Frente Parlamentar de Economia Solidária em conjunto com FBES ocorreu dia 22/02/2011 na Câmara dos deputados em Brasília. Nós fizemos uma mobilização junto aos parlamentares parceiros, levantamento feito nos Encontros Regionais de 2010, convocamos a Coordenação Nacional para mobilizar e isso ocorreu.

Como consequências do evento ficou marcada a união da Frente com o movimento, fortalecendo a economia solidária enquanto alternativa emancipatória para a erradicação da pobreza extrema.

Na mesa de abertura estava o presidente da Frente, deputado Eudes Xavier (PT-CE), a deputada Luiza Erundina (PSB-SP), Maribel Kauffmann da Coordenação Executiva do FBES; Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego e Daniel Tygel da Secretaria Executiva do FBES.

O evento contou com a presença de 16 deputados que se comprometeram em fortalecer a Frente neste novo mandato. A Coordenação Executiva do FBES pautou a necessidade de encaminhar os projetos de leis que tramitam na casa e a importância da concretização da Secretaria Especial de Economia Solidária.

Foi consenso nas falas que o local institucional da economia solidária no governo federal requer um patamar a altura de sua proposta de desenvolvimento justo, sustentável e solidário para o país. A economia solidária por atingir diversos temas e demandas sociais demanda uma Secretaria Especial de Economia Solidária para responder a sua natureza e a transversalidade de suas políticas no governo.

“A economia solidária vai além do combate a pobreza, e coloca em pauta outro modelo de desenvolvimento, gerando uma sociedade comprometida com o futuro de seu país”, destacou Maribel Kauffmann.

Na relação com a erradicação da pobreza extrema a “economia solidária é o que dará consistência e eficácia para acabar com a miséria, como alternativa econômica ao país”, segundo Luiza Erundina. Para Singer, a economia solidária “é uma via para melhoria da qualidade de vida das pessoas, aonde as próprias pessoas, com a ajuda do estado, fazem esta conquista”.

Finalizando a mesa, o deputado Eudes Xavier destacou que a parceria entre o FBES com a Frente Parlamentar trará maior força para resposta às demandas da economia solidária, visto que a nova composição da Frente será mista, contando com cadeiras para o movimento social, na perspectiva de desenvolver um trabalho compartilhado e cooperado.

Estiveram no evento os/as deputados/as Elvino Bohn Gass (PT/RS), Marconi (PT/RS), Francisco Praciano (PT/AM), Newton Lima (PT/SP), Marcon (PT/RS), Luiza Erundina (PSB/SP), Paulo Pimenta (PT/RS), Assis do Couto (PR/PT), William Dib (PSDB/SP), Saguas Moraes (PT/MT), Padre Tom (PT/RO), Padre João (PT/MG), Claudio Poti (PT/PA), Fátima Bezerra (PT/RN), Jesus Rodrigues (PT/PI) e Clara Moraes (PT/GO).

As instituições presentes no evento: Instituto Marista de Soidariedade, Centro de Inclusão Rede Mulher, Unisol, Rede de Gestores da Economia Solidária, Cáritas Diocesana, Movimento Nacional de Meminos e Meninas de Rua, Associação Entre Nós do DF, Central do Cerrado, CUT/DF, ONG Pátria Amada, Companhia Articum, Ancosol, Unicafes, Banco Palmas, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Cáritas Nacional, Confesol/crehnor/RS.

Encaminhamentos

- Cobrar Marinete pela divulgação do evento
- Marcar agenda de trabalho com Eudes e Erundina, agora com a Frente mista junto com o FBES